

Autonomia e Política Externa em Juan Carlos Puig e Carlos Escudé

*Autonomy and Foreign Policy in
Juan Carlos Puig and Carlos Escudé*

*Autonomia y Política Exterior en
Juan Carlos Puig y Carlos Escudé*

DOI: 10.21530/ci.v18n3.2023.1375

Matheus de Oliveira Pereira¹

Resumo

O propósito deste artigo é apresentar uma introdução crítica do pensamento sobre Relações Internacionais e Política Externa formulado pelos intelectuais argentinos Juan Carlos Puig e Carlos Escudé. Neste esforço, dedica-se especial atenção ao tratamento dispensado pelos autores à problemática da autonomia em suas dimensões teórico-conceitual e normativa. Para tanto, as obras de ambos os autores são revisadas e situadas em seus contextos históricos e influências intelectuais e suas principais teses são submetidas a um escrutínio crítico de seus alcances explicativos.

Palavras-chave: Autonomia, Realismo Periférico, RI Globais, Teorias Latino-Americanas.

1 Doutor em Relações Internacionais Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (PUC-SP, UNESP, UNICAMP). Pesquisador de Pós-Doutorado do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU) e professor no Centro Universitário Belas Artes de São Paulo. (matheus.o.pereira@unesp.br). **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-1525-4831>.

Artigo submetido em 07/07/2023 e aprovado em 19/03/2024.

Copyright:

- This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.
- Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



Abstract

This article aims to present a critical introduction to the thinking on International Relations and Foreign Policy formulated by the Argentine intellectuals Juan Carlos Puig and Carlos Escudé. Special attention is given to the treatment given by the authors to the problem of autonomy in its theoretical-conceptual and normative dimensions. To this end, the works of both authors are reviewed and placed in their historical contexts and intellectual influences. Their main theses are subjected to a critical scrutiny of their explanatory scope.

Keywords: Autonomy, Peripheral Realism, Global IR; Latin American Theories.

Resumen

El propósito de este artículo es presentar una introducción crítica al pensamiento sobre Relaciones Internacionales y Política Exterior formulado por los intelectuales argentinos Juan Carlos Puig y Carlos Escudé. Se presta especial atención al tratamiento dado por los autores al problema de la autonomía en sus dimensiones teórico-conceptuales y normativas. Para ello, se revisan y sitúan las obras de los dos autores en sus contextos históricos e influencias intelectuales y se someten sus principales tesis a un escrutinio crítico de su alcance explicativo.

Palabras-clave: Autonomía, Realismo Periférico, RI Globales, Teorías Latino-Americanas.

Introdução

Desde meados do século XX a autonomia se afirmou como um dos principais eixos do debate latino-americano sobre Relações Internacionais e Política Externa. A posição que o tema adquiriu reflete em ampla medida a centralidade que os constrangimentos externos possuem como variável de interesse para compreensão das relações internacionais da América Latina, aspecto este que se inscreve na história política e intelectual da região.

Este debate é retomado neste artigo a partir de um exame das obras de Juan Carlos Puig e Carlos Escudé. Neste esforço, uma questão de particular interesse é o tratamento dispensado por ambos à questão da autonomia e seu lugar na estratégia de política externa concebida por eles. O objetivo é apresentar uma síntese crítica do pensamento de ambos, sublinhando não apenas os pontos de divergência entre ambos, mas também problematizando os limites das propostas normativas formuladas pelos dois autores. Dois dos maiores expoentes do pensamento sobre Relações Internacionais produzido na Argentina, Puig e Escudé convergiam na interpretação da Política Internacional como fenômeno atravessado por hierarquias de efeitos especialmente restritivos para países periféricos. Embora o ponto de partida fosse similar, os dois autores, mobilizando tradições intelectuais bastante distintas, chegaram a conclusões diametralmente opostas sobre o comportamento ideal para lidar com as assimetrias da Política Internacional: enquanto Puig era firme defensor de uma política externa que ampliasse tanto quanto possível o espaço de ação autônoma, Escudé se notabilizou por uma crítica veemente desta linha de ação, tida pelo autor como uma vaidade.

Além da posição canônica nos estudos sobre RI na Argentina, Puig e Escudé são representativos de uma série de aspectos característicos da construção das RI enquanto campo disciplinar na América Latina, como o diálogo com os debates das Ciências Sociais e as interações com o conhecimento produzido nos EUA (Tickner 2008). Em sua obra, Puig engaja-se diretamente com a Teoria da Dependência e com realistas clássicos, particularmente Hans Morgenthau e Morton Kaplan. Escudé, por sua vez, desenvolveu o Realismo Periférico a partir de um diálogo direto com a obra de Kenneth Waltz e de um debate dentro da historiografia da política externa argentina. Outro ponto de conexão com a produção regional é o caráter normativo e politicamente orientado de suas obras, na esteira do que é ressaltado por Tickner (2008, 745) como a “primazia do conhecimento prático” nos estudos latino-americanos de Relações Internacionais. Tanto Puig como Escudé buscaram influenciar a formulação de política externa, seja pela crítica das práticas nesta área, seja pelo envolvimento direto com o governo. Escudé atuou como assessor do chanceler Guido di Tella, no governo de Carlos Menem, e Puig chegou a ser Ministro das Relações Exteriores durante o governo de Héctor Cámpora, em 1973.

A proposta deste trabalho vai ao encontro de uma agenda crescente de ampliação das vozes nos debates teóricos das Relações Internacionais, dentro do esforço de construção de uma disciplina mais inclusiva e plural, que reflita a diversidade de experiências e saberes globais (Acharya 2014). Neste sentido, a recuperação do é importante por representarem interpretações locais empenhadas na crítica ao *mainstream* teórico da área e preocupadas em compreender a Política Internacional à luz das questões próprias da Argentina e não pela reprise de convenções estrangeiras. Embora tenham sido produzidas em um país vizinho e tenham gerado importantes repercussões políticas, as obras de Escudé e Puig permanecem ainda pouco exploradas no Brasil, inclusive em manuais introdutórios de Teoria de Relações Internacionais.

Feita esta introdução, a próxima seção apresenta um breve balanço sobre o lugar da autonomia enquanto ideia-força do debate latino-americano e argentino sobre Relações Internacionais e Política Externa. Na sequência, duas seções distintas se voltam à síntese das ideias centrais dos dois autores a partir de seus principais trabalhos. Em ambas, busca-se intercalar uma apresentação das teses com uma avaliação crítica de seu conteúdo, bem como situá-las em meio aos debates políticos e intelectuais do contexto de sua produção. Feito isto, as considerações finais são apresentadas.

O lugar da autonomia no pensamento sobre Relações Internacionais na América Latina e na Argentina

Ao menos em tese, a autonomia – entendida enquanto capacidade de tomar decisões políticas autodeterminadas – é uma questão comum às políticas de externas de todos os Estados. O caráter estratificado da Política Internacional, contudo, faz deste um tema mais relevante em países mais vulneráveis a ingerências externas. Na América Latina, a autonomia é um tópico de grande interesse acadêmico e político, e tem sido uma das principais contribuições da região aos debates sobre Relações Internacionais e Política Externa.

Em um primeiro momento, a autonomia aparece principalmente como preocupação prática entre lideranças políticas diante do desafio de consolidação das independências recém-conquistadas. Um legado importante deste período

é o entendimento da integração regional como mecanismo amplificador das margens de autonomia dos países latino-americanos, formulação presente tanto na proposta bolivariana de uma “pátria grande” como no pensamento de figuras como José de San Martín, José Martí e Francisco Bilbao (Briceño-Ruiz e Simonoff 2015). A preservação da autonomia política das repúblicas nascentes foi um ponto relevante do célebre Congresso do Panamá, organizado por Simón Bolívar, em 1926, e das Conferências que se seguiram nas décadas seguintes.

Já no século XX, a autonomia passa a figurar com maior destaque nos debates acadêmicos, a partir da difusão das teses e debates ensejados pelo Estruturalismo Cepalino e a Teoria da Dependência. A CEPAL apresentou uma interpretação inovadora da inserção internacional da América Latina que rompia com a abordagem atomizada do pensamento neoclássico em favor de uma concepção estruturalista que, em vez de explicar os resultados econômicos de um país a partir de suas propriedades individuais, concentrava-se nas relações que constituíam a totalidade em que essas economias se inseriam. A Teoria da Dependência, por sua vez, articulou variáveis externas e internas para explicar os impasses enfrentados pelas políticas desenvolvimentistas na região. Partindo de uma crítica à Teoria da Modernização, os teóricos da dependência chamavam a atenção para a situação de condicionamento do desenvolvimento econômico local à expansão das economias centrais (Santos 1970), além de enfatizarem o caráter ambíguo das sociedades latino-americanas, dotadas de autonomia política, mas com seus “laços econômicos definidos em função do mercado internacional” (Martins 2011, 231).

À medida que estas teses ganhavam projeção, os debates sobre autonomia foram adquirindo maior fôlego. Uma contribuição de destaque é do sociólogo brasileiro Helio Jaguaribe, cujos trabalhos reconhecem o caráter estratificado do sistema internacional, mas apontam para a possibilidade de mudança, isto é, entendem ser possível melhorar a posição nacional da hierarquia mundial (Jaguaribe, 1979). A obra de Jaguaribe se afirma como uma das mais prestigiosas no debate sobre autonomia e teve uma influência marcante sobre o trabalho de Juan Carlos Puig, que mobiliza conceitos do autor, como o de viabilidade nacional – definida em termos de recursos materiais e humanos – e permissividade internacional, fruto de condicionantes geopolíticos.

Nas décadas seguintes, o debate sobre autonomia ganharia especial destaque no Brasil e na Argentina, consolidando-se como um dos principais eixos da produção acadêmica sobre política externa nesses países. Na Argentina, o auge dessa produção ocorreu nos anos 1970, e foi marcado pelo contexto de distensão da Guerra Fria e pelo retorno do peronismo ao poder no país. Russell e Tokatlian (2002) ressaltam a importância do diálogo estabelecido pelos autores da época com a obra de Raúl Prebisch, principalmente no caso de Puig. A partir de então, a autonomia se afirmou como um dos três eixos do debate sobre política externa na Argentina, organizado em torno de questões como o alcance da autonomia enquanto conceito e as margens de manobra existentes na formulação e execução da política externa (Corigliano2009).

Em ambos os casos, o interesse nos estudos autonomistas mantém um caráter reativo em relação à dinâmica política de diferentes contextos, o que se traduz em uma presença mais estável da autonomia como categoria descritiva e objeto de análise na bibliografia que aborda o Brasil do que naquela que trata da Argentina. Enquanto no Brasil a autonomia constitui um objetivo de política externa desde, pelo menos, os anos 1930, na Argentina esse percurso foi mais oscilante. As sucessivas crises e os limitados resultados do ensaio autonomista do governo Alfonsín (1983 – 1989) fortaleceram as críticas ao paradigma, que ficou marginalizado nos debates da década de 1990. Esta tendência seria modificada com a crise do neoliberalismo e o período da “Onda Rosa”, permanecendo até o presente como um eixo importante de discussão, inclusive dentro de um esforço de análise histórica, como é o caso do estudo sobre a política externa do governo Arturo Illia, realizado pelo historiador Alejandro Simonoff.

Autonomia como necessidade: o paradigma autonomia em Juan Carlos Puig

Juan Carlos Puig é um exemplo típico de intelectual militante. Advogado e diplomata, Puig atuou como professor universitário e serviu como Ministro das Relações Exteriores no brevíssimo governo de Héctor Cámpora, entre maio e julho de 1973. A formação de Puig é bastante visível em sua obra, que empreende uma análise da Política Internacional a partir de um ângulo fortemente calcado

no Direito Internacional. Igualmente discernível em seus escritos é a influência do contexto de sua produção. Os trabalhos do autor foram majoritariamente escritos nas décadas de 1970 e 1980², compreendendo discussões sobre temas como proliferação nuclear, a rigidez da geometria de poder mundial e as possibilidades abertas pela ordem bipolar para países periféricos.

As teses de Raúl Prebisch sobre a posição estrutural da América Latina na divisão internacional do trabalho servem como ponto de partida para Puig associar a assimetria econômica às fragilidades políticas da periferia nas Relações Internacionais (Puig, 1984). A partir daí, o autor formula sua principal conclusão normativa: países periféricos devem organizar suas políticas externas no sentido de explorar as margens de permissividade que lhes é aberta pela estrutura do sistema internacional, visando ampliar suas margens de ação autônoma. Autonomia, para Puig, refere-se sobretudo à liberdade de ação e decisão; à capacidade de definir uma linha de ação definida a partir dos interesses locais, sem submeter-se às pressões ou demandas de atores externos, em especial os Estados Unidos da América (Puig 1984). A menção específica aos EUA é típica de um olhar a partir da América Latina, em plena Guerra Fria, o que denota também que se trata de um pensamento cuja matriz é, fundamentalmente, ocidentalista e que tem referência na superpotência ocidental.

A crítica de Puig em relação às abordagens tradicionais da política internacional – e aqui ele se refere sobretudo às escolas realista e liberal – se dirige ao que ele entende como uma espécie de camisa de força para os países periféricos. Em sua leitura, essas abordagens tratavam a periferia antes como um objeto do que como sujeitos da Política Internacional, isto é, negavam a países periféricos a faculdade de agência, situando-os em chave meramente reativa (Puig 1980). As possibilidades que se apresentam para os países da periferia a partir dessa leitura são igualmente disfuncionais para o autor.

Em um primeiro momento, Puig rechaça a política de poder prescrita pelo realismo. Puig analisa a questão nuclear e chega à constatação pouco usual sobre as implicações das armas nucleares nas relações norte-sul. Segundo o autor, estes artefatos “não se constituem, paradoxalmente, um recurso de

2 Embora seja uma questão lateral, outro registro de época na obra de Puig é o uso de “América Latina” como marco de referência regional, em contraposição à ideia de “América do Sul”, que se tornou mais usual a partir dos anos 2000.

poder contra Estados pequenos e medianos” (Puig, 1980, p. 139). As razões para esse pensamento repousavam em duas ideias: a primeira era o fato de, naquele momento, as doutrinas militares dos países nucleares estabelecerem o uso desse tipo de armamento somente de forma defensiva e dissuasória – hipóteses que raramente envolveriam países latino-americanos. A segunda era de consideração ética, que estigmatizava o emprego de armas nucleares e lhe dava um custo político inviável. Neste sentido, a assimetria na distribuição de capacidades materiais, para o autor, era um elemento que, de modo paradoxal, favorecia os países pequenos (Puig 1980).

O autor critica ainda o argumento segundo o qual a ruptura da posição periférica só seria possível a partir de uma política econômica que, garantindo o crescimento, viabilizasse o incremento do poder bélico. Puig considera o raciocínio como economicista e evasivo sobre o que, a seu ver, é o problema central: a forma do regime internacional. A crítica dirigida pelo autor às políticas empreendidas sob inspiração da CEPAL segue a mesma toada de rejeição ao economicismo. No ensaio *“Integración y autonomía de América Latina en las postrimerias del siglo XX”*, publicado em 1986, e no livro *“Integración latino-americana y régimen internacional”*, de 1987, Puig retoma a relação entre autonomia e integração regional a partir de um exame das experiências da ALADI e do Pacto Andino. Puig avalia que ambos fracassaram porque eram iniciativas de caráter unilateral e que visavam assentar a integração na interdependência econômica. Em suas palavras:

É preciso não confundir medidas de abertura, de ampliação de mercados, contestatárias da potência dominante, em planos restritos de expansão nacional, com autênticas estratégias autonomistas, as quais supõem um grau aceitável de congruência e complementação entre os diversos regimes sociais. [...] Pretensões autonomistas, ineludivelmente competitivas no econômico e no estratégico com as nações industrializadas são insustentáveis na América Latina sem modelos de desenvolvimento interno congruentes, e sem estarem assentadas na solidariedade estratégica, que não é ocasional ou especulativa, com países que aspiram ao mesmo [maior autonomia] (Puig, 1980, p. 154-155. Tradução nossa³)

3 Do original: “En ese sentido, es preciso no confundir medidas aperturistas, de ampliación de mercados, contestatarias de la Potencia dominante en planos restringidos de la expansión nacional, con autênticas estratégias autonomistas, las cuales suponen un grado aceptable de congruencia y complementación

Esse economicismo fadou a integração à inação, em face das pronunciadas assimetrias de desenvolvimento econômico existentes entre os países da região. A solução para viabilizar a integração, diante do problema da assimetria, estaria em modificar a lógica econômica em favor do que Puig chama de “integração solidária”. A integração solidária corresponde a um movimento impulsionado pelas semelhanças entre os atores, sobretudo em relação ao seu status e aos valores compartilhados (Puig, 1987). No caso da América Latina, mais que o status – já que a dependência se manifesta em diferentes graus sobre cada país – é o valor compartilhado da autonomia que funcionaria como motor da integração.

A ideia essencial de autonomia em Puig diz respeito a buscar maior liberdade de ação da autoridade governamental estabelecida (Puig 1987). Isto, para o autor, é um interesse em torno do qual convergem todos os países latino-americanos. Puig está atento às diferenças de posição entre os Estados e seus efeitos de dissonância entre eles, mas sustenta que, ao fim, a condição comum de dependência é o que impele a busca por maior autonomia. Aqui, existe uma ênfase em pensar o mundo a partir de categorias próprias que reflitam as demandas próprias dos países latino-americanos. O diálogo com a Teoria da Dependência será, portanto, imediato mesmo porque o diagnóstico da dependência é um ponto de arranque para se pensar autonomia.

Neste esforço, Puig incorpora uma crítica frequente à Teoria da Dependência por um suposto “automatismo” em algum de seus autores, como André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos. Na visão de tais autores, a dependência a que estão submetidos os países da periferia somente poderia ser vencida em contextos revolucionários, que superassem o sistema capitalista. Isto é, somente é possível superar a dependência superando o capitalismo em si. O que Puig considera como “automatismo” é a presunção de que, por se tratar de uma questão estrutural, a dependência seria um problema externo e inatacável, gerando conformismo e desencorajando iniciativas autonomistas a (Puig 1984).

entre los diversos regímenes societales. [...] pretensiones autonomistas, ineludiblemente competitivas en lo económico y lo estratégico con las naciones industrializadas, no pueden sostenerse en América Latina sin modelos de desarrollo interno congruentes y sin estar afinadas en una solidaridad estratégica, que no ocasional y especulativa, con países que aspiran a lo mismo.”

Há alguns pontos que precisam ser observados aqui. Ao tratar da Teoria Dependência, Puig (1987, p. 31) faz uma distinção entre duas vertentes – uma “automática, composta por Marini, Gunder Frank, entre outros – e uma “semi-automática”, na qual inclui Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, Celso Furtado e Octavio Ianni. Embora apresente a distinção em termos de automatismo, a diferenciação registrada por Puig é, na verdade, entre autores marxistas e não marxistas. Por outro lado, o excerto citado acima mostra que a crítica de Puig é fundamentalmente política, ela não questiona a propriedade intelectual das teses, mas o impacto que esses escritos tiveram sobre os ânimos políticos das forças progressistas do continente. Trata-se, assim, de uma apreciação normativa, fundamentada em diferenças programáticas das quais a principal era a rejeição, por parte de Puig, da luta em favor do socialismo, defendido pelos marxistas.

A posição do autor é reformista e alinhada à posição ocidentalista da Argentina no contexto da Guerra Fria. A premissa implícita do argumento é que a ampliação das margens de ação autônoma da periferia não implica na necessidade de ruptura, como se observa no trecho em que afirma que “grande parte dos problemas experimentados pelos governos latino-americanos em suas relações com países desenvolvidos se devem justamente a uma apreciação errônea do conteúdo de sua margem potencial de decisão autônoma” (Puig, 1987, p. 31). Isto é, o problema essencial para o desenho de uma política externa efetiva na busca por maior autonomia está apreender adequadamente os cenários doméstico e internacional, de modo a agir quando a dimensão da margem potencial de ação se ajusta aos interesses definidos.

Puig percebia no cenário dos anos 1970 elementos concretos que respaldavam sua visão de uma ordem internacional que oferecia margens de permissividade aos Estados de menor poder relativo e que, ao mesmo tempo, impunha limites à atuação autárquica das grandes potências. A busca pela autonomia possui, nestes marcos, uma dinâmica cíclica, desenvolvida em etapas, e cujos desdobramentos iniciais têm um caráter de jogo de soma zero, isto é, os ganhos de autonomia de um Estado representam perdas na capacidade de ingerência de outro Estado (Puig, 1987, pp. 34-44).

Puig propõe uma tipologia para analisar os diferentes estágios de um país no caminho entre a dependência e a máxima autonomia possível. São

quatro estágios: dependência para-colonial, dependência nacional, autonomia heterodoxa e autonomia secessionista, descritos no quadro a seguir. Um aspecto interessante que sobressai entre essas categorias é que entre a autonomia heterodoxa e a dependência nacional, existe uma diferença que basicamente diz respeito à forma como as elites nacionais concebem o processo de desenvolvimento do Estado. A forma como essas elites veem ao país e ao mundo, e a relação que o projeto nacional estabelece com o exterior, a posição pretendida na estrutura do capitalismo global e o grau de confrontação envolvido na consecução dessa meta dão o tom da política externa, entre autonomia heterodoxa e dependência nacional.

Quadro 1 – Tipologias da Autonomia em Juan Carlos Puig

Estágio	Definição
Dependência para-colonial	Consiste em uma situação na qual um país possui uma estrutura formal de governo soberano tendo, porém, seu centro efetivo de poder atrelado a outro Estado. Deste modo, distingue-se da condição colonial tão somente pela existência de uma soberania formalmente estabelecida.
Dependência nacional	Aqui, existem grupos no poder que detêm a capacidade de tomar decisões sem estar atrelados ou coagidos por pressões externas ao Estado. Contudo, estes grupos racionalizam a dependência, aceitando-a, e a instrumentalizando em favor de interesses diversos, que podem ser, inclusive, a busca por maior autonomia no futuro.
Autonomia heterodoxa	Situação na qual o conjunto das forças internas do Estado atua no sentido de aproveitar as debilidades do poder <i>do centro, em favor de uma posição mais autônoma</i> . Na <i>autonomia heterodoxa</i> , os países da periferia reconhecem a existência de uma liderança, aquiescendo com o poder central nas questões que lhe são vitais. Um ponto central da <i>autonomia heterodoxa</i> é compreender o que constitui interesse essencial do Estado central na geometria de poder em que se insere o estado dependente, bem como ter precisos os próprios interesses vitais.
Autonomia secessionista	Este estágio corresponde à ruptura com a metrópole, materializada na toma de decisão nacional sem considerar os desígnios estratégicos do centro de poder. Trata-se de uma posição arriscada pela necessidade de viabilidade interna para respaldá-la, e que gera custos expressivos, a depender da configuração sistêmica vigente.

Fonte: Elaboração própria a partir de Puig (1980, p. 149-155).

A dimensão estratégica de uma política autonomista é um aspecto do pensamento de Puig escassamente apontado pela literatura que se dedica à obra do autor. Recuperando textualmente a definição do general francês André Beaufre, Puig (1987, p. 34) sustentará que “Por mais esforços retóricos que se efetuem, toda proposta autonômica supõe um conteúdo estratégico no sentido que implica uma dialética de vontades que empregam a força (em sentido amplo) para resolver o conflito”. Desta consideração depreende-se que as alianças são o fundamento da integração solidária, visto que “ineludivelmente se chega a uma confrontação estratégica” (Puig, 1987, p. 45). A ideia é de que se criam alianças envolvendo países que, mesmo com objetivos particulares, se unem em torno a um valor comum que é igualmente um objetivo racional e fruto da reflexão orientada à ação.

Apesar de centrar sua análise no Estado, a integração de que fala Puig não se circunscreve a este ator. O autor considera que a integração é um fenômeno social, contemplando, portanto, mais que a dimensão dos Estados, estendendo-se ao nível dos agrupamentos sociais que estes contêm. Com efeito, o autor afirma que a integração solidária “tem como propósito lograr que os grupos sociais em questão *renunciem em determinadas matérias à atuação individual* para fazê-lo de forma conjunta e com sentido de pertença” (Puig, 1980, p. 41, grifos meus).

O excerto citado exemplifica também como a relação entre autonomia e integração em Puig traz uma carga de relativização, de alívio, do conceito de soberania. Nisto reside uma diferença importante com os realistas (como Morgenthau, Aron, e Morton Kaplan – o mais citado por Puig), para quem a soberania é um conceito absoluto, que não admite adjetivos. A eficácia da integração na busca por autonomia requer que os Estados abdicuem de parcelas de soberania.

A proposta de Puig em relação à integração solidária consiste em um mecanismo instrumental que visa superar a dependência a partir da composição política fundada no interesse comum de reverter a dependência. Deve-se destacar que, para Puig, a integração, por si só, não é autonomizante; ela somente o será quando concebida dessa forma pelas elites que detêm o poder do Estado e quando haja um modelo de desenvolvimento interno compatível com o projeto autonomista (Puig, 1980). Dois aspectos ainda merecem serem

ressaltados. O primeiro é de que a integração não é vista como um fim em si, mas como um meio a ser empregado na superação da dependência, afastando-se de uma ideia de “pátria grande” ou “nação latino-americana”. O segundo é observar que o termo “solidária” não carrega um conteúdo emocional, ou “ideológico” no sentido que os críticos lhe atribuem, de paixão ou irracionalidade. A solidariedade, nos termos de Puig, deve ser lida na etimologia do termo, de pertencer a algo maior ao que se quer fazer e sólido. Ou seja, nada mais é do que a convergência de interesses própria da situação compartilhada de dependência. O autor, entretanto, estava atento às dificuldades desse processo, que exige transformações significativas nos hábitos, nas posturas e, especialmente, nas percepções de futuro dos envolvidos (Puig 1984).

Em termos econômicos, o que se depreende de sua obra é uma preferência por um capitalismo nacional, que reconhece o papel do Estado no enfrentamento das distorções provocadas pela estrutura do capitalismo. No contexto argentino, a posição de Puig assemelha-se ao projeto nacional-populista que, historicamente, esteve presente na agenda do peronismo; e ao desenvolvimentismo, presente, entre idas e vindas, de 1955 até 1976. Esse projeto pensa o desenvolvimento argentino a partir do incentivo à indústria, com o Estado assumindo uma posição central no planejamento e no investimento. Em Puig, há também uma influência tênue das leituras de Celso Furtado sobre a tese do círculo vicioso da pobreza, especialmente em relação à necessidade de tirar do mercado o controle do processo econômico, em função da importância de inversão de capital em estruturas produtivas.

Espera-se que esse modelo seja capaz de conter os efeitos socialmente regressivos da dependência sem que seja preciso adotar uma postura de aberta confrontação com os mercados e as grandes potências, mas preservando a capacidade de planejar, definir e executar políticas sem o peso de condicionantes externos. De modo que não existe uma tentativa de romper com a ordem capitalista, mas tão somente de buscar minimizar os males que a dependência produz sobre os Estados periféricos.

Pelo menos quatro nomenclaturas foram empregadas, com maior repercussão, para fazer referência à proposta de Puig e Hélio Jaguaribe, como “autonomismo”, “escola doutrinária da autonomia latino-americana” ou ainda “doutrina da autonomia” (Lechini, 2009). Roberto Russell e Juan Gabriel

Tokatlian (2002; 2003) propõe a classificá-lo como “realismo da periferia”. Para os autores, trata-se de um *realismo* porque parte de uma leitura da materialidade da condição latino-americana, qualificado como “*da periferia*” por ser um pensamento gerado a partir da periferia do capitalismo mundial.

Existem diversos pontos de toque entre a proposta de Puig e o núcleo duro do realismo político. Em primeiro lugar, cabe ressaltar a dimensão do Estado. O Estado, para Puig, é um promotor das políticas anti-dependência um ator de primeira importância que articula as forças nacionais em termos de um interesse independentista, e guia a política externa nesse sentido. Há, porém, um distanciamento significativo em relação à escola realista, na medida em que Puig trata o Estado fora da perspectiva hermética e unitária dos realistas, reconhecendo a pluralidade de atores e interesses capazes de se fazerem representar no âmbito do Estado. Um segundo destaque fica à dimensão do poder. Puig, como Morgenthau, não via diferença significativa entre as superpotências em relação aos seus objetivos. Isto porque, para ele, ambas possuíam um objetivo “necessário e instrumental” que era a formação de blocos de poder (Puig, 1980, p. 149). Em outro momento, o autor afirma que “todo projeto autonomista, para que o seja autenticamente, deverá mobilizar recursos de poder” (Idem, p. 146).

A autonomia como vaidade: o realismo periférico de Carlos Escudé

O Realismo Periférico nasceu na década de 1980 a partir de uma revisão histórica das relações triangulares entre Argentina, Estados Unidos e Grã-Bretanha, nos anos 1940. Além disso, a experiência dos anos 1960 e 1970 foi fundamental para uma crítica da forma como diferentes governos conduziram a política externa argentina, sobretudo as relações com os Estados Unidos e à disputa com o Reino Unido em torno da soberania das Ilhas Malvinas. Um grupo de intelectuais, dentre os quais tiveram especial destaque Carlos Escudé, Felipe de la Balze, Andrés Cisneiros, Jorge Castro e Guido di Tella, debateram amplamente o problema da inserção internacional da Argentina. Ao longo do

tempo, este grupo se constituiu como uma comunidade epistêmica⁴ que, além de propor um modelo, engajou-se diretamente na formulação e execução da política externa ao longo da década de 1990. Nesta seção, o objeto específico de atenção são os escritos de Carlos Escudé que, do ponto de vista intelectual, apresentou a mais consistente proposição do Realismo Periférico, além de ter ocupado o cargo de assessor especial do chanceler Guido di Tella⁵.

Após graduar-se em Sociologia pela Universidade Católica Argentina, em 1973, Escudé estudou História Política na Universidade de Oxford e realizou o doutorado em Ciência Política em Yale, nos Estados Unidos. Em sua tese de doutorado, intitulada “*Gran-Bretaña, Estados Unidos y la declinación Argentina 1942-1949*”, defendida no começo dos anos 1980, Escudé critica as explicações oferecidas pela Teoria da Dependência para a questão do declínio argentino no pós-Segunda Guerra, argumentando que este se deveu a uma conjunção de fatores associados a dinâmicas domésticas e da relação triangular da Argentina com o Reino Unido e os EUA (Escudé, 1983; Corigliano, 2009). Fatos como a resistência em admitir que o centro do poder mundial se transferira de Londres para Washington e a neutralidade mantida na Segunda Guerra e o consequente boicote dos EUA, bem como a diplomacia dos governos de Juan Domingo Perón foram interpretados como políticas que concorreram para um desgaste com os Estados Unidos que gerou prejuízos e desconfianças em relação à posição argentina (Escudé, 1984a ; 1991).

Após a publicação da tese em livro, Escudé travou ainda uma polêmica com o historiador Mario Rapoport, cujo doutorado – “*Gran Bretaña, Estados Unidos y las classes dirigentes argentinas (1940 – 1945)*” – abordava um problema quase idêntico. A tese de Rapoport (1981), contudo, era muito mais próxima da abordagem de Puig e dialogava mais abertamente com uma perspectiva da história econômica. Neste sentido, Rapoport (1984) argumentava que a

4 Haas (1992) define uma comunidade epistêmica como uma rede de intelectuais que possuem um reconhecido conhecimento sobre um determinado campo do saber e, com base nisso, reivindicam autoridade e legitimidade sobre as políticas no campo de sua expertise.

5 Escudé deixou o cargo em 1992, após a publicação de um memorando no qual criticava a estratégia adotada pelo governo em relação às Ilhas Malvinas. No texto, ele argumentava que as ilhas estavam irremediavelmente perdidas, de forma que a melhor opção para a Argentina era granjear para si a possibilidade de explorar conjuntamente os recursos naturais do subsolo marítimo e defendia a independência dos *kelpers*, porque isso implicaria na retirada dos britânicos do Atlântico Sul (Escudé, 1992, b).

incoerência da política externa dos Estados Unidos em relação à Argentina era explicada pelas divergências internas do governo e sociedade dos Estados Unidos, e não pela “síndrome da irrelevância da racionalidade”, como sustentava Escudé. Para este, a irrelevância da Argentina para os Estados Unidos esvaziava a racionalidade dos atores norte-americanos, tornando suas decisões em relação à Argentina mais suscetíveis a que uma “moralidade política autodefinida pelos Estados Unidos” fosse o “principal parâmetro para estabelecimento de políticas” (Escudé, 1983, p. 67).

A réplica apresentada por Escudé aos comentários de Mario Rapoport explicitava seu traço polemista, que seria reforçado com a publicação de um livro em que apresentava um diagnóstico da posição internacional da Argentina, que, segundo ele, havia se tornado um “pária internacional”, em razão de três fatores principais. O primeiro deles era o caráter cambaleante da economia, que vinha de sucessivas crises e, à época, passava por uma moratória da dívida externa. O segundo dizia respeito ao caráter errático da política externa e seu caráter de confrontação com os Estados Unidos – que em vários momentos registrou francas animosidades e tensões. Por fim, os crimes contra os direitos humanos perpetrados pelo Estado autoritário geraram um déficit de credibilidade no país e uma espécie de rebaixamento moral, para o qual a Guerra das Malvinas também contribuiria depois (Escudé, 1984). Esses fatores estavam entremeados pelas limitadíssimas capacidades materiais da Argentina, que a posicionava desfavoravelmente em termos de poder relacional a outros Estados.

Além do revisionismo histórico, Escudé elabora uma crítica detalhada da teoria realista das Relações Internacionais, principalmente a partir das obras de Hans Morgenthau e Kenneth Waltz. O cerne da crítica de Escudé a estes autores está na asserção que eles fazem do interesse nacional como algo que é produto de uma racionalidade do Estado dissociada das relações que este estabelece com as elites em seu interior (Escudé, 1995, p. 11 – 47), o que conduz à generalização e naturalização de comportamentos que são produtos de situações específicas e não resultado de leis universais. Neste rol, inclui-se a lógica de política de poder, da qual Escudé era particularmente crítico, sobretudo pelos resultados desastrosos da última ditadura argentina neste aspecto.

Recuperando as formulações de Robert Cox, Escudé (1995, p. 13) defende o complexo Estado-sociedade civil como unidade fundamental da Política Internacional, a partir da qual são definidos interesses e estratégias. O não reconhecimento deste aspecto é, segundo o autor, um equívoco grave das teorias tradicionais que resulta no tratamento de Estado, nação e governo como expressões sinônimas. Para evitar esta confusão, Escudé propõe diferenciar os sujeitos a que a política externa serve, advogando em favor do que chamava de racionalidade “*ciudadano-céntrica*”, um neologismo que expressaria uma estratégia de política externa voltada aos interesses dos cidadãos do país.

Uma das premissas adotadas por ele em sua tese é a de que “o principal interesse ‘nacional’ ou de um país ou Estado é o crescimento e o desenvolvimento econômico da sociedade a que administra parcialmente” (Escudé, 1995, p. 38). Isto é, uma política externa orientada a partir da cidadania é aquela que busca maximizar os ganhos materiais da sociedade como um todo. Nesta visão, a assertividade é um comportamento aceitável somente diante de uma ameaça explícita ao interesse material e a única confrontação válida com as grandes potências seria aquela em defesa de um interesse material, com ganhos claramente mensuráveis “em dólares e centavos” (Escudé, 1992, p. 97).

A proposta de Escudé consiste em dar à diplomacia um caráter econômico, fazer com que ela facilite o ingresso a mercados e defender posições em negociações junto a organismos financeiros internacionais. Trata-se, em suma, de uma noção próxima ao que Richard Rosecrane (1987) chamava de “estados comerciantes”, instrumentalizando a política externa em favor da promoção comercial com vistas à ampliação do conforto material dos cidadãos do país. A política externa, prezando pelo conjunto social, reconhecerá as debilidades de poder do país e será executada no sentido de auferir ganhos materiais. O caminho para isso é a não confrontação com a potência hegemônica, isto é, com o Estado dotado da maior capacidade de influenciar e gerar ciclos de contração e expansão da economia internacional. Na prática, adota-se o alinhamento ao interesse da potência hegemônica em todas as situações em que não haja oposição à reprodução dos interesses econômicos do país.

Neste esquema, como pensar a autonomia? De início, deve-se observar que, apesar das críticas, Escudé convergia com a leitura de Waltz segundo a

qual a estratificação da Política Internacional é definida pela distribuição de poder entre os Estados e aqueles que se comportam de modo incompatível com suas capacidades materiais são punidos pela estrutura (Escudé, 1995, p. 37). Tentativas de modificação da ordem vigente, por sua vez, são iniciativas custosas, que demandam um volume expressivo de recursos de poder tanto para fazer pressões efetivas como para resistir às reações dos que se veem afetados pelas alterações de poder relativo. A conclusão é simples: na ausência de condições efetivas para alterar a ordem, resta apenas aceitá-la. O realismo dos países da periferia, portanto, não é a política de poder, mas a resignação.

A partir dessas bases, Escudé elabora uma crítica à noção de autonomia tanto no pensamento sobre Relações Internacionais como enquanto prática da política externa argentina. No primeiro caso, o autor se engaja com as posições de Puig e Hélio Jaguaribe, qualificando de tautológica a discussão conceitual de Jaguaribe e criticando a vagueza da definição atribuída ao termo. Escudé faz uma provocação afirmando que se autonomia significa liberdade de ação, os Estados periféricos têm autonomia praticamente ilimitada porque sua irrelevância faz com que os custos sistêmicos de suas ações sejam mínimos. Reivindicando uma espécie de “ética da responsabilidade” weberiana, Escudé defende que a autonomia não deve ser medida em termo de potencial, mas de custos, e, fiel à lógica contábil de sua abordagem, propõe entender a autonomia a partir da diferenciação entre investimento (quando se age em busca de mais poder) e consumo (quando se exhibe) de autonomia, como se observa no trecho a seguir:

De fato, todo Estado mediano tem uma liberdade de ação quase ilimitada: do contrário, os Saddams, Khomeinis, Gaddafis e Galtieris do mundo seriam inofensivos. Portanto, não é útil, do ponto de vista da construção teórica, definir a autonomia em termos de liberdade de ação ou de manobra. [...] a autonomia deve ser definida em termos dos custos de utilizar a liberdade de escolha ou de manobra que qualquer país mediano possui de forma quase ilimitada⁶. (Escudé, 1995, p. 396. Tradução Nossa).

6 Do original: En realidad, todo Estado de mediana magnitud tiene una libertad de elección casi ilimitada: de otro modo, los Saddams, Khomeinis, Khadaffys y Galtieris de este mundo serían inofensivos. Por lo tanto, no es útil desde el punto de vista de la construcción de teoría definir a la autonomía en términos de libertad de elección o de maniobra. [...] la autonomía debe definirse en términos de los costos de usar a libertad de elección o de maniobra que cualquier Estado mediano tiene en forma casi ilimitada.

Escudé (1995) defende ainda que se diferenciem os tipos de uso da autonomia, distinguindo *investimentos* de autonomia, quando as ações visam ao aumento da base de poder e/ou bem-estar do país, ou como simples *consumo*, em casos nos quais busca-se apenas exibir que não se está sob tutela de ninguém. Escudé rejeita categoricamente a noção de que a autonomia possa ser definida a partir da confrontação. Para ele, a “falácia” da autonomia contamina não apenas os políticos, mas também acadêmicos levando à existência de “títulos retóricos sem significado conceitual” como “Entre a Autonomia e a Subordinação”⁷. Avançando para crítica da autonomia enquanto prática, Escudé recupera eventos do governo Alfonsín como ilustração dos riscos e falácias envolvidos na ideia convencional de autonomia. A viagem do presidente a Cuba, por exemplo, é lida como uma forma exibicionista de mostrar autonomia que, na prática, representaria um consumo de autonomia, na medida em que, da viagem, não resultaram ganhos comerciais significativos.

Embora sejam persuasivos à primeira vista, estes argumentos padecem de alguns limites importantes. Em primeiro lugar, o autor reduz do exercício da política externa a uma atividade que é praticamente contábil, de avaliação de perdas e ganhos, em uma lógica muito mais simplista que a realidade. É preciso considerar também que a reprodução do capitalismo se dá em meio a uma estrutura política forjada por Estados líderes à luz dos interesses de seus setores dominantes. Este é um aspecto facilmente identificável na obra de Cox que Escudé parece ignorar. Neste sentido, caberia retomar uma lição seminal do pensamento cepalino: o subdesenvolvimento latino-americano não é uma anomalia, mas um modo específico de ser no capitalismo. Em outra dimensão, pode-se questionar em que medida o modelo proposto efetivamente responde às demandas da cidadania em termos materiais.

Escudé parece assumir uma relação automática entre o crescimento econômico e a melhoria da situação material da população, esquivando-se do fato de que o crescimento, por si só, não garante esta melhoria, que é condicionada às características distributivas do modelo econômico adotado. Ao longo dos anos, o autor foi reiteradamente associado ao neoliberalismo, crítica que sempre rebateu argumentando que proposta do Realismo Periférico

7 Escudé se refere a um livro organizado por Heraldo Muñoz e Joseph Tulchin, publicado na Argentina pelo Grupo Editor Latinoamericano, em 1984.

não se filia a nenhuma orientação específica de política econômica. De fato, mais recentemente, o autor chegou a publicar um livro em que defendida a vigência do Realismo Periférico no contexto da ascensão chinesa, chegando a congratular Deng Xiaoping como um “grande estadista” que “sempre conheceu os princípios” de sua teoria (Escudé, 2012, p. 113), e sugerindo que a política externa dos anos 1990 deveria ser replicada, desta vez alinhando-se a Pequim.

Por mais correta que seja a réplica de Escudé – e de fato sua teoria não recomenda nenhuma abordagem específica de política econômica – ela não é suficiente para encerrar a questão sobre a dimensão econômica do Realismo Periférico. Isto porque o problema não se esgota na filiação teórica da política econômica, mas sim em como esta interage com características estruturais da economia do país e a lógica de seus vínculos com a economia global. A questão, portanto, não se dá em termos de ortodoxia x heterodoxia, de neoliberalismo x desenvolvimentismo, mas sim do complexo Estado-sociedade civil sobre o qual se assenta o modelo econômico adotado.

Ao defender o alinhamento à potência hegemônica sem problematizar o complexo Estado-sociedade civil que articula a lógica dos interesses locais à dinâmica internacional, e ao deixar implícito que o crescimento da economia é, por si só, suficiente para ganhos gerais de bem-estar social, o autor está assumindo a defesa tácita dos interesses estabelecidos. Dessa maneira, sua abordagem representa uma postura resignada frente ao status quo da Política Internacional, mas, também, do estado de coisas interno da Argentina. Em uma apreciação crítica do Realismo Periférico, Russell e Tokatlian (2002, p. 170-171) argumentam que substituir “realismo” por “utilitarismo” traduziria mais adequadamente o conteúdo da teoria. Para os autores, existe uma forte influência da filosofia utilitarista, perceptível nos principais postulados dos escritos de Escudé, notadamente a ênfase no bem-estar material. Esta é uma classificação pertinente do ponto de vista de parâmetros filosóficos mais gerais, mas, se quisermos situar a posição de Escudé na realidade argentina, seus argumentos são essencialmente conservadores.

Além disso, um julgamento da história da política externa argentina segundo os parâmetros propostos pelo Realismo Periférico revelaria que, além dos governos Menem, o momento que mais se adequa ao que é defendido

por Escudé é o compreendido entre os anos de 1870 e 1916, quando a república oligárquica baseada no modelo primário-exportador viveu seu auge. Por mais pródigo que tenha sido em termos de ganhos econômicos, esse período é marcado por um sistema político altamente excludente que dificilmente poderia ser caracterizado como centrado nos interesses dos cidadãos.

Considerações finais

O debate sobre Relações Internacionais e Política Externa na Argentina constitui-se, desde suas origens, como um labor duplo que combina um esforço interpretativo e normativo. As análises e formulações teóricas elaboradas no país extrapolam o interesse puramente intelectual de explicação da realidade e abarcam, principalmente, o propósito de formular respostas práticas aos problemas enfrentados pelo país nas suas relações exteriores. Neste sentido, os autores escrutinados neste texto representam não apenas duas referências importantes da produção bibliográfica argentina, mas condensam dois posicionamentos políticos distintos sobre qual deve ser o perfil diplomático do país e as diretrizes de sua política externa.

Como se viu, a autonomia é um tema de interesse central nesta discussão, aparecendo como desdobramento das conclusões legadas pelo pensamento cepalino e da dependência sobre a realidade local. Apesar de remeterem amplamente ao pensamento canônico das Relações Internacionais, tanto Puig quanto Escudé mobilizam temas, preocupações e visões de mundo orientadas em diferentes graus pelo conteúdo dessas leituras, principalmente na ênfase que atribuem ao comportamento das elites locais e seus vínculos com o exterior.

Puig apresenta uma crítica às matrizes de pensamento que fazem a defesa do status quo na política internacional e advoga justamente pela possibilidade de que os países periféricos possam granjear para si uma posição mais cômoda na distribuição mundial de poder. Esse processo seria possível a partir da adoção de políticas adequadas, que têm na integração solidária seu elemento central. Este conjunto posições é mais facilmente relacionado às correntes de centro-esquerda que tradicionalmente foram representadas pelo peronismo, mas é possível detectar vários pontos de contato com as alas mais tradicionais

da União Cívica Radical, o mais antigo partido político da Argentina, e em momentos como o governo de Arturo Illia.

Há de ressaltar que uma das principais fragilidades de Puig é o caráter binário que sua obra muitas vezes assume, o que, se por um lado, era característico de seu momento histórico, por outro traz importantes limitações ao seu emprego em contextos distintos, como o do pós-Guerra Fria. A posição que Puig assume em relação a um setor da Teoria da Dependência é outro aspecto problemático porque o autor não se empenha em uma desconstrução, ou mesmo crítica sistemática, dos argumentos desta literatura, ficando restrito a uma crítica das posições políticas que, a seu ver, seriam consequência do pensamento da Dependência. Ademais, sua leitura do sistema internacional peca por um excesso de formalismo próprio de um olhar guiado pela lógica jurídica.

Enquanto se pode notar em Puig certa carga de ingenuidade no otimismo e na crença generalizada que era possível superar o subdesenvolvimento e a subordinação aproveitando as brechas do próprio sistema, na obra de Carlos Escudé o que se constata é um utilitarismo conformista e conservador. A questão essencial para o Realismo Periférico é obter ganhos econômicos a partir de uma inserção internacional passiva, ciente da condição de dependência e aquiescente com ela. Trata-se de conduzir a política fora de rotas de colisão com o centro, de promover o crescimento econômico a partir de uma postura que, alinhada, evita o aprofundamento dos constrangimentos característicos da posição periférica. Está, portanto, bastante próxima ao que Puig qualifica de “dependência nacional”.

Ambos, porém, representam um esforço importante de reflexão teórica autóctone, escapando de uma mimetização ou incorporação acrítica de conceitos e teorias estrangeiras. Em que pese as várias críticas que podem ser levantadas à obra de Escudé – e não há dúvida que são muitas as possíveis – a exegese crítica que ele apresenta da obra de Kenneth Waltz é um exercício que possui poucos paralelos na bibliografia latino-americana. Ao mesmo tempo, o aspecto normativo que é evidente no trabalho de ambos é mais uma vantagem que uma fragilidade. Assumindo que toda teoria deve ser compreendida em sua historicidade, explicitar a quais propósitos a teoria se presta é uma saudável mostra de honestidade intelectual. Por fim, é

importante frisar o desafio de recuperação e atualização dessas perspectivas como parte de uma agenda de pluralização das visões sobre as Relações Internacionais.

Referências

- Acharya, Amitav. 2014. Global International Relations (IR) and Regional Worlds: A New Agenda for International Studies. *International Studies Quarterly*, v. 58, n. 4, p. 647–659. <https://doi.org/10.1111/isqu.12171>.
- Briceño Ruiz, José; Simonoff, Alejandro (Org.). 2015. Integración y cooperación regional en América Latina Una relectura a partir de la teoría de la autonomía. Buenos Aires, Argentina: Editorial Biblos.
- Corigliano, Francisco. 2009. “Cuatro Décadas de Debates Teóricos (1969–2009): balance e impacto en la Política Exterior Argentina”. In V Jornadas de Relaciones Internacionales de la FLACSO, Buenos Aires.
- Escudé, Carlos. 1983. Gran Bretaña, Estados Unidos y la declinación argentina, 1942-1949. Buenos Aires: Belgrano.
- Escudé, Carlos. 1984a. La Argentina: ¿Paria internacional? Buenos Aires: Editorial Belgrano.
- Escudé, Carlos. 1984b. Réplica al comentario sobre “La declinación argentina”. *Desarrollo Económico*, no. 92:630-636.
- Escudé, Carlos. 1992. *Realismo periférico: Fundamentos para la nueva política exterior argentina*. Buenos Aires: Planeta.
- Escudé, Carlos. 1995. El realismo de los Estados débiles – La política exterior de primer gobierno Menem frente a la teoría de las relaciones internacionales. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano,
- Escudé, Carlos. 2012. Principios de Realismo Periférico: una teoría argentina y su vigencia ante el ascenso de China. Buenos Aires: Editora Lumière.
- Haas, Peter M. 1992. Introduction: Epistemic Communities and International Policy Coordination. *International Organization*, no. 46:1–35. <http://www.jstor.org/stable/2706951>.
- Jaguaribe, Helio. 1979. Autonomía Periférica y Hegemonía Céntrica. *Estudios Internacionales* 12, no. 46, p. 91–130.

- Lechini, Gladys. 2009. La cooperación Sur-Sur y la búsqueda de autonomía en América Latina: ¿Mito o realidad? *Relaciones Internacionales*, v. 12, 55–81.
- Martins, Carlos Eduardo. 2011. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo.
- Puig, Juan Carlos. 1980. *Doctrinas internacionales y Autonomía Latinoamericana*. Caracas: Instituto de Altos Estudios de América Latina, Universidad Simón Bolívar.
- Pui, Juan Carlos. 1984. *América Latina: Políticas Exteriores Comparadas*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano.
- Puig, Juan Carlos. 1986. Integración y Autonomía en América Latina en las postrimerías siglo XX In: *Integración Latinoamericana*, T. 11, N° 109. Instituto de Integración Latinoamericana.
- Puig, Juan Carlos. 1987. *Integración latinoamericana y régimen internacional*. Caracas: Universidad Simon Bolívar.
- Rapoport, Mario. 1981. *Gran Bretaña, Estados Unidos y las classes dirigentes argentinas (1940 – 1945)*. Buenos Aires: Belgrano.
- Rapoport, Mario. 1984. “El Factor Político En Las Relaciones Internacionales. ¿Política Internacional vs. Teoría de La Dependencia? Un Comentario.” *Desarrollo Económico* 23, no. 92: 617–29. <https://doi.org/10.2307/3466426>.
- Rosecrance, Richard. 1987. *Rise Trading State*. United States: Basic Books.
- Russell, Roberto; Tokatlian, Juan Gabriel. 2002. *De la autonomia antagónica a la autonomía relacional: una mirada teórica desde el Cono Sur*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Russell, Roberto; Tokatlian, Juan Gabriel. 2003. *El lugar de Brasil en la política exterior argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Santos, Theotonio (1970). *The Structure of Dependence*. *The American Economic Review*, 60(2), 231–236. <http://www.jstor.org/stable/1815811>.
- Tickner, Arlene. 2008. Latin American IR and the Primacy of lo práctico. *International Studies Review*, no. 4: 735-748. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2486.2008.00829.x>.